

STJ rejeita prova por reconhecimento fotográfico e absolve assistido da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Decisão anula condenação por roubo de veículo que havia sido fundamentada exclusivamente em reconhecimento por foto ao longo do inquérito policial e não ratificado em Juízo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial, apresentado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, absolvendo J. M. S. A. da acusação de roubo de veículo.

A decisão do relator, ministro Joel Ilan Paciornik, foi pautada no fato de que a condenação baseou-se, exclusivamente, no depoimento da vítima e no reconhecimento fotográfico realizados na fase extrajudicial. No documento, o ministro ressalta que, conforme os autos do processo, as testemunhas ouvidas em juízo não confirmaram a prática do crime de roubo. Assim como a vítima, também em juízo, afirmou não reconhecer o

denunciado e não ter certeza de que a fotografia mostrada corresponde à pessoa do réu.

J. M. S. A., indiciado por roubo e adulteração de sinal identificador de veículo, ao longo do inquérito policial, foi reconhecido pela vítima, por meio de fotografia. Porém, durante a fase judicial este reconhecimento não foi confirmado nem pela vítima nem pelas testemunhas. Mesmo não sendo reconhecido e não havendo outras provas que o vinculassem ao crime, o denunciado foi condenado a 9 anos, 7 meses, 5 dias de reclusão e 28 dias de multa – artigo 157 e artigo 311 do Código Penal, respectivamente.

[Leia a matéria na íntegra](#)



NA MÍDIA

STJ rejeita prova por reconhecimento fotográfico e absolve assistido da DPMG

[Portal CNJ](#)

Atendimento remoto da Defensoria durante Onda Roxa em Ituiutaba é destacado por assistidos em reportagem



Atuação nos presídios busca garantir contato entre detentos e familiares

PÁGINA 2

CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 003/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque
Justiça acolhe pedido da DPMG e determina que plano de saúde autorize mamoplastia para transexual
PÁGINA 3
- > Mundo oficial
PÁGINA 3
- > Escola Superior
PÁGINAS 4 e 5
- > Procedimentos e comunicados internos
PÁGINA 6



Defensora pública detalha atuação nos presídios para garantir o contato entre detentos e familiares durante a pandemia

Em entrevista ao jornal InterTV Notícia na quinta-feira (25/3), a defensora pública Camila Machado Umpierre, em atuação na Defensoria de Cooperação e Conflitos em Montes Claros, falou sobre as ações da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) nos presídios da comarca para acompanhar a situação dos detentos durante a pandemia.

Camila Umpierre explicou que a Defensoria Pública mantém contato com as unidades prisionais para viabilizar o acesso dos familiares às pessoas privadas de liberdade, por meio de videochamadas. A defensora pública ressaltou a importância do contato familiar para o processo de ressocialização dos detentos.

[Clique aqui para assistir a reportagem.](#)

Atendimento remoto durante Onda Roxa em Ituiutaba é destacado por assistidos em reportagem

A defensora pública Priscila Cristiane Voltarelli Bozola, em atuação na Defensoria de Cooperação e Conflitos em Ituiutaba, detalhou, em entrevista do portal “Regionalzão” na quarta-feira (24/3), como está sendo o atendimento remoto feito pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) durante a pandemia de Covid-19 naquela comarca, especialmente neste período de aumento das restrições impostas pela Onda Roxa do programa Minas Consciente. A defensora pública falou também sobre o atendimento do recém-implantado Centro de Mediação e Conciliação para a solução extrajudicial de demandas, disponibilizado neste período por meio de audiências online.

[Acesse aqui a reportagem e vídeos dos assistidos.](#)



Debate sobre legítima defesa da honra no programa Via Justiça

A defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem/BH) da DPMG, participou do programa Via Justiça, que abordou a legítima defesa da honra e a discussão no Su-

premo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do tema.

Qual é a importância desse julgamento pelo Supremo? Por que a tese seria inconstitucional? Analistas contrários dizem que a decisão do STF subverte garantias constitucionais do Tribunal do Júri. Isto procede? Pode o Supremo Tribunal Federal restringir limites da garantia constitucional da “plenitude” de defesa no Tribunal do Júri?

Esses foram alguns dos aspectos que a defensora pública debateu com o juiz Marcelo Gonçalves de Paula, do 2º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher de BH e integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), e foi ao ar no dia 18/3 pela TV Assembleia.

[Clique aqui para ver.](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Justiça acolhe pedido da DPMG e determina que plano de saúde autorize mamoplastia para transexual

A 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) acolheu pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e determinou que a mantenedora de planos de saúde Fundação São Francisco Xavier, de Ipatinga, autorize a realização de mamoplastia em um beneficiário do plano, homem trans assistido da DPMG.

A intervenção cirúrgica se destina à extração e reconstrução das mamas. O procedimento é mais uma etapa do seu tratamento de transição de gênero.

A decisão, em resposta ao agravo de instrumento interposto pela Defensoria Pública de Minas, após a ne-

gativa do pedido de tutela antecipada pela 2ª Vara Cível da comarca de Ipatinga, é datada do fim de fevereiro. Foi proferida depois que o assistido realizou o procedimento de forma particular, em novembro de 2020.

Agora, a DPMG reivindica o reembolso da quantia paga. A Instituição propôs a realização de uma audiência de conciliação, uma vez que a mantenedora do plano de saúde já havia feito contato com o assistido neste sentido.

O processo segue tramitando na 1ª instância.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensores públicos se reúnem com MPMG e Creas para avaliar efeitos da pandemia em Contagem

Com o objetivo de aprimorar o trabalho com a rede de assistência social do município de Contagem, os defensores públicos Rebeca Breves de Melo e Silva e Marcos Lourenço Capanema de Almeida, que atuam na Defensoria da Infância e da Juventude, e a defensora pública Sheila Santos Nunes, da Defensoria da Saúde, participaram de reunião virtual com a promotora de Justiça Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini e representantes de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

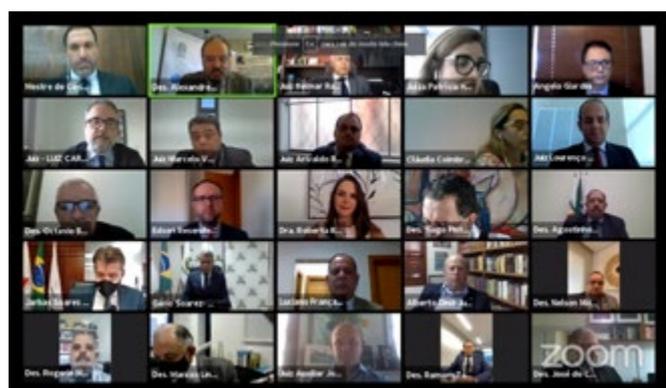
Durante o encontro, que aconteceu de forma remota no dia 22/3, foi abordado especialmente o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, os efeitos da pandemia e como a rede poderá efetivar tais medidas nesse cenário que atinge de forma especial a população vulnerável de Contagem.



A reunião teve ainda a participação dos representantes dos Creas Adriana Timóteo de Oliveira, Helem Patrícia de Oliveira Prado, Juliane Dayrell Lacerda, Mariana Neves Avelino, Renata Corgosinho Tibúrcio, Leonardo Nogueira Viana e Isabella de Souza Melo Veronês.

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral participa de solenidade de entrega de Medalha do TRE-MG



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou na quarta-feira (24/3) da sessão solene de outorga da Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira” ao promotor Edson de Resende Castro e à juíza Roberta Rocha Fonseca. O evento foi realizado por videoconferência. A medalha é uma distinção honorífica, oferecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, por meio da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, em reconhecimento àqueles que tenham contribuído em prol da formação, preparação e aperfeiçoamento dos operadores do Direito e no desenvolvimento de projetos de conscientização para a cidadania.

ESDEP INFORMA

Evento virtual da Defensoria Pública da Bahia debate julgados criminais de maior impacto do STJ

A coordenadora do Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores, defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira, foi uma das palestrantes do evento virtual “Pedagogia da Esperança”, promovido na quarta-feira (24/3), pela Defensoria Pública da Bahia, por meio de sua Escola Superior.

Dividiram o debate com Adriana Pereira os defensores públicos da Bahia, também especialistas na área

criminal e na atuação junto aos Tribunais Superiores, Hélio Soares, Maurício Saporito e Clériston Cavalcante.

No bate-papo jurídico, eles abordaram os três julgados do STJ que têm maior impacto para os assistidos da Defensoria Pública no Brasil: a vedação ao reconhecimento fotográfico; a proibição de decretação de ofício da prisão preventiva; e as limitações à entrada em domicílio.

Webinário “Promoção da Saúde e Prevenção da Violência à Mulher”

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag) realiza, no dia 29 de março, de 15 às 17 horas, o webinário com o tema “Promoção da Saúde e Prevenção da Violência à Mulher”. A iniciativa integra as atividades do programa Qualidade de Vida no Trabalho, desenvolvida pela Diretoria Central de Gestão do Desempenho e Desenvolvimento da Seplag/MG.

Participam do webinário a psicóloga Desiré Silva; a assistente social da Diretoria Central de Saúde Ocupacional da Seplag, Andrea Brum; a guarda civil municipal, Aline Oliveira; a tenente coronel PM Cleide Barcelos; e a delegada de Polícia Civil, Ana Paula Balbino.

O evento é gratuito e será transmitido pelo canal do Youtube Desempenho e Desenvolvimento Seplag-MG.

Cursos disponibilizados pela Seplag MG

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) oferece oportunidade de capacitação em três áreas no mês de abril. São elas: Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral no trabalho, Screen Recorder e Elaboração de mapas temáticos – QGIS básico. As capacitações são voltadas para agentes pú-

blicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e serão realizadas a distância. Interessados deverão enviar, até 30/3, e-mail para a Escola Superior (escolasuperior@defensoria.mg.def.br), informando: nome, e-mail, vínculo, CPF e o curso que deseja fazer.

[Saiba mais](#)

Até 30/6 para envio de artigos para o Caderno da Defensoria Pública de SP

Foi prorrogado para o dia 30 de junho o prazo para envio de artigos para o Caderno da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: *O papel da Defensoria Pública no Brasil em prol dos grupos sociais vulneráveis de cada estado-membro*.

Conforme deliberado na reunião da Comissão Especializada de Escolas e Centros de Estudos, do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), realizada em setembro de 2020, a proposta é reunir um artigo de cada Defensoria Pública estadual e do Distrito Federal.

O objetivo desse volume é compilar em uma publicação conjunta as diversas perspectivas das Defensorias Públicas acerca da função institucional prevista no artigo 4, inciso XI da LC 80/94.

Os artigos devem estar inseridos no eixo temático proposto e irem ao encontro dos objetivos da Defensoria Pública de primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Devem também observar os fundamentos de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, nos termos do art. 3º da LC 988/2006: a prevenção dos conflitos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

[Clique aqui para conhecer as normas para submissão.](#)

ESCOLA SUPERIOR

Esdep MG realiza nova capacitação sobre o PJe Criminal

A Escola Superior da DPMG promoveu, no dia 26 de março, nova capacitação sobre o PJe Criminal, por meio da plataforma Teams. A apresentação foi do defensor público Wagner Geraldo Ramalho Lima em evento aberto a defensoras e defensores públicos, prioritariamente, aqueles que atuam nas comarcas do interior, servidoras e servidores da Defensoria Pública. No conteúdo, as funcionalidades básicas da ferramenta.

Arquivos disponíveis

O vídeo completo do curso sobre PJe Criminal, ministrado durante o Curso de Formação dos Defensores Públicos da 1ª Turma do VIII Concurso para Ingresso na Carreira, encontra-se disponível no sistema Gerais (intranet).

Além disso, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais disponibiliza o ambiente de teste do PJe Criminal.

Defensoria de Minas e Esdep promovem capacitação em Execução Penal para estagiários

A Defensoria Pública de Minas Gerais e sua Escola Superior (Esdep) irão oferecer o curso de capacitação em Execução Penal para todos os estagiários da Instituição.

A defensora pública Alessa Pagan Veiga, em atuação na Defensoria de Minas em Uberlândia, vai ministrar o curso virtual, que tem como público-alvo prioritário graduandos e pós-graduandos em Direito. Alessa Pagan Veiga é especialista em Direito Sanitário e Processual, ex-conselheira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e da Comissão Especializada em Execução Penal do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege).

A capacitação acontece no dia 8 de abril, às 15 horas, por meio da plataforma Teams, com certificado.

As inscrições podem ser feitas no portal da Escola Superior. [Clique aqui para acessar](#)

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS E ESDEP
PROMOVEM CURSO

CURSO ONLINE

Capacitação
EXECUÇÃO PENAL
para estagiários

8 DE ABRIL 15 HORAS

PLATAFORMA TEAMS

PALESTRANTE
ALESSA PAGAN VEIGA
DEFENSORA PÚBLICA EM MG

INSCREVA-SE
escolasuperior.mg.def.br
Curso com certificação

ESDEP
ESCOLA SUPERIOR
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SUSTENTAR E CIDADANIA PARA TODOS

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

GABINETE

Consulta para cooperação voluntária e temporária em demandas de saúde na Desits Cível/Público

Os interessados deverão solicitar inscrição por e-mail, **até as 16 horas do dia 5/4/2021**, direcionado ao endereço gabinete@defensoria.mg.def.br

[Mais informações, acesse aqui a Resolução nº 130/2021.](#)

Implementação de medidas de reestruturação e de administração estratégica no Gabinete e na Subdefensoria Pública-Geral

A servidora Cíntia Alves Costa, dispensada da Assessoria Jurídica, passou a exercer funções de assessoria junto à Subdefensoria Pública-Geral e de ordenadora geral de despesas junto ao SIAFI-MG (Resolução nº 118/2021) a partir de 23/3.

E, a partir do dia 2 de abril, a defensora pública Karina Rodrigues Maldonado assume funções na Assessoria de Administração Estratégica de Inovação (Resolução nº 122/2021).

COORD. DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Consulta para interessados em participar da composição das Câmaras de Estudos

Interessados em participar das Câmaras de Estudos deverão inscrever-se via protocolo ou pelo e-mail conselho.superior@defensoria.mg.def.br, **até o dia 31/03/2021**, juntando os documentos que julgarem pertinentes.

[Resolução nº 91/2021](#)

NOTAS DE FALECIMENTOS

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento da sra. Aquila Soares da Conceição, aos 99 anos, avó paterna do defensor público Luís Ernesto da Silva Soares, em atuação na 8ª Vara de Família de Belo Horizonte, no dia 24/3; e da sra. Edna Lopes Mello Alves, avó da defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem/BH), em 28/03.